

**POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

FONTE : JB

CLASS. : 1325

DATA : 13 01 90

PG. : 08

## Confronto na Selva

Uma grande confusão envolvendo garimpeiros e índios ianomâmis movimenta a mais remota extremidade do Brasil, que é o território de Roraima. Há um fraco consolo, nessa história, que é verificar o quanto já fomos longe em matéria de ocupação do espaço nacional.

Tirando isso, tudo o mais é de uma indigência e de uma impropriedade capazes de fazer chorar as pedras — e até a prisão do diretor geral da Polícia Federal foi pedida por um procurador da República. Esse choque de poderes é característico desta e de outras questões mal resolvidas: há um excesso de burocratas envolvidos no assunto, cada um com um ponto de vista diferente. E com tanto jogo de empurra, acaba-se por escolher a pior solução.

A questão está repleta de ângulos obscuros — sendo um deles o da própria relação entre os índios e os garimpeiros. Em diversos casos, os índios já estão suficientemente aculturados, ou distantes de seus costumes, para olharem com estranheza a hipótese de voltarem aos seus hábitos tradicionais. O erro, nesse ponto, foi ter permitido a invasão das reservas indígenas por pessoas inescrupulosas.

O fato é que a tribo ianomâmi estava sendo dizimada pelo contato com o homem branco; e os seus direitos sobre as terras que ocupa são garantidos pela Constituição. Entra, então, em cena o chefe da Polícia Federal, encarregado de expulsar os garimpeiros, e descobre que está diante de uma multidão enorme. O governo apressa uma solução de emergência, que seria a liberação para o garimpo de vastas áreas da Floresta Nacional de Roraima.

Acontece que essa terra, de acordo com opiniões de peso, também pertence aos índios. A área atribuída ao garimpo envolveria as reservas ianomâmis. O que impediria, então, os garimpeiros de continuar fazendo o que fazem hoje e de apressarem a liquidação da tribo?

Da maior gravidade, por outro lado, é a verificação de que a prática do garimpo, nos moldes

atuais, constitui um crime ecológico brutal, não só pela utilização do mercúrio, que mata os rios e vai afetar muitos outros ciclos naturais, mas também por uma atitude predatória que deixa, no rastro dos garimpeiros, uma terra devastada.

Pois é a essas práticas que o governo quer entregar a Floresta Nacional de Roraima, recentemente criada. É o estilo desse final de administração: arranja-se uma solução apressada, jogam-se os cavacos para debaixo do tapete, e confia-se ao futuro governo a tarefa de encontrar opções mais duradouras.

Neste e em outros casos, a alternativa proposta é de uma inépcia a toda prova. Pois, se o próprio governo entrega aos garimpeiros a floresta de Roraima, como retirá-los depois de lá, ou conseguir que se comportem de outra maneira?

Todo esse quiproquó tem motivos econômicos e políticos. O território é rico em minerais preciosos. Os garimpeiros, por seu número, já constituem expressivo contingente eleitoral — enquanto os índios são menos numerosos e não votam. Interesses locais dão prioridade à exploração econômica, venha ela como vier, e alegam que estão longe demais do restante do país para verem seus projetos abortados.

A questão ecológica, entretanto, assumiu em nossos dias uma sensibilidade extrema. O Brasil já está suficientemente marcado nesta área, face à opinião pública internacional, para que possa permitir-se um tratamento desleixado de uma questão que tem diversos aspectos — o interesse dos índios, o dos garimpeiros, o da floresta, o da população ativa de Roraima.

Uma coisa é certa: não é porque os garimpeiros são numerosos, e teoricamente *desvalidos*, que podem receber de mãos beijadas uma extraordinária reserva natural para que façam com ela o que quiserem. Se fechar os olhos a questões como esta, o Brasil vai ter dificuldades cada vez maiores para ser levado a sério no clube das nações civilizadas.